

**#MEREPRESENTA:
internet e participação política nas eleições municipais de
2016 ¹**

**#MEREPRESENTA:
internet and political participation in the 2016's municipal
elections**

Carolina Bonoto ²
Liliane Dutra Brignol ³

Resumo: Este artigo agrega reflexões inseridas na pesquisa de mestrado intitulada "Movimento LGBT em rede: estratégias, conflitos e usos sociais da internet no combate à LGBTfobia", em fase de desenvolvimento. Nosso objetivo é discutir as potencialidades dos usos da internet por movimentos sociais contemporâneos na ampliação de estratégias de visibilidade e mobilização política. A partir da articulação dos conceitos norteadores de movimentos sociais em rede e participação política pretendemos discutir a contribuição das tecnologias digitais para o exercício democrático das minorias políticas. Para tanto, centramos nossa atenção sobre a plataforma "#MeRepresenta", desenvolvida por coletivos em defesa da igualdade de raça, gênero e orientação sexual com objetivo de conectar eleitores e candidatos favoráveis a tais pautas nas eleições municipais de 2016.

Palavras-Chave: Internet. Movimentos sociais. Participação política.

Abstract: This article incorporates reflections inserted in the master's research entitled "LGBT network movement: strategies, conflicts and social uses of the internet in the fight against LGBTophobia", under development. Our objective is to discuss the potentialities of the uses of the Internet by contemporary social movements in the expansion of strategies of visibility and political mobilization. From the articulation of the guiding concepts of social movements in network and political participation we intend to discuss the contribution of digital technologies to the democratic exercise of political minorities. Therefore, we focus our attention on the "#MeRepresenta" platform, developed by groups for the defense of racial equality, gender, sexual orientation, in order to connect voters and candidates favorable in the municipal elections of 2016.

Keywords: Internet. Social Movements. Political Participation.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Internet e Política do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de abril de 2017.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM). Graduada em Jornalismo pela UFSM. E-mail: c.bonoto@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação, do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFSM. E-mail: lilianebrignol@gmail.com.

1. Introdução

Desde que iniciamos o projeto de mestrado ao qual esta pesquisa se insere, significativas mudanças aconteceram no cenário político nacional. A abertura do processo de *impeachment*⁴ da presidente da República, Dilma Rousseff (PT), em dezembro de 2015, desencadeou uma série de manifestações, tanto contra quanto a favor do impedimento, que se estenderam mesmo após sua conclusão, em agosto do ano seguinte. A subsequente atribuição de Michel Temer (PMDB), então vice-presidente, ao cargo de Chefe do Executivo Federal não representou melhorias ao momento de instabilidade e insegurança política experienciado pelo país.

Em seu primeiro ato documentado como presidente interino, em maio de 2016, Michel Temer oficializou sua reforma ministerial em Medida Provisória publicada no Diário Oficial da União⁵. A Medida nº 726 informou a extinção de nove Ministérios⁶, entre eles: o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), cujas competências foram transferidas para o recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania, e o Ministério da Cultura (MinC), que seria tornado em secretaria subordinada ao Ministério da Educação. A reforma alcançou rapidamente visibilidade nacional por meio das plataformas digitais levando ativistas

⁴ O processo aberto com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff foi proposto pelo procurador de justiça Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, conforme denúncia por crime de responsabilidade fiscal. Com a aceitação do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), formou-se comissão especial para deliberar sua admissibilidade. O relatório da comissão foi favorável e o parecer foi aprovado em Sessão com 327 votos favoráveis e 137 contrários. Seguindo para o Senado Federal, a abertura do processo de impedimento foi aprovada com 55 votos a favor e 22 contra. Dilma Rousseff foi afastada da presidência durante a tramitação do processo, quando o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente o cargo. Em 31 de agosto, o plenário do Senado condenou Dilma Rousseff à perda de seu cargo por 61 votos a 20.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm> Acesso em: 15 de março de 2017.

⁶ Também ficariam extintos, conforme a MP nº 726: a Secretaria de Portos da Presidência da República; a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; a Controladoria-Geral da União; o Ministério das Comunicações; o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Casa Militar da Presidência República.

independentes ou ligados aos movimentos sociais, além de diversas organizações da sociedade civil a se manifestarem.

O movimento #FicaMinC, difundindo na rede *Facebook*⁷, e a ocupação de órgãos federais da cultura por manifestantes surpreenderam a população, a imprensa e, principalmente, os governantes pela rápida mobilização capaz de alcançar todos os estados brasileiros. Ativistas de diversos movimentos sociais foram sustentáculo essencial na articulação do período de intensos protestos e atos culturais em reivindicação a permanência do Ministério. Diante da repercussão negativa, Temer revogou, por meio da MP nº 728, a extinção do Ministério da Cultura.

Também em 2016, uma nova polêmica motivou manifestações dos movimentos sociais: no mês de outubro, o governo Temer apresentou à Câmara de Deputados a Proposta de Emenda à Constituição 241⁸ (PEC 241) que visa o congelamento de gastos públicos⁹ por vinte anos a contar de 2017. Aprovada em segundo turno na Câmara, a PEC, agora 55¹⁰, seguiu para apreciação pelo Senado sendo novamente aprovada em segundo turno e, posteriormente promulgada em 15 de dezembro. Desde que foi apresentada, a Proposta teve ampla visibilidade midiática e ensejou mobilizações populares pelo país. A “PEC do Teto”, como ficou popularmente conhecida, ou ainda, a “PEC do fim do mundo”, como foi chamada por manifestantes contrários a sua promulgação, intensificou os protestos que já estavam acontecendo desde a abertura do processo de *impeachment*. Ativistas dos movimentos negro, feminista e LGBT¹¹, entre outros, posicionaram-se fortemente

⁷ Disponível em: <www.facebook.com/ficaMinC>. Acesso em: 17 mar. 2017.

⁸ Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/PEC241/2016>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁹ A PEC 55 cria um teto máximo de gastos federais que serão fixados com base nos gastos do ano anterior e apenas corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A Constituição Federal Brasileira prevê, por exemplo, que os gastos mínimos com saúde e educação sejam baseados no montante arrecadado através dos impostos. Assim, caso a arrecadação suba, o gasto mínimo deve subir proporcionalmente. A PEC 55, entretanto, estabelece que estes investimentos não subam, apenas sejam reajustados conforme o IPCA.

¹⁰ Disponível em: <www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/127337>. Acesso em: 20 mar. 2017.

¹¹ Sigla para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Representa o termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil. Foi aprovado na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília em 2008, até então era popularmente usada a sigla GLBT. A mudança de nomenclatura foi realizada a fim de valorizar as lésbicas no contexto da diversidade sexual e também de aproximar o termo brasileiro com o termo predominante em várias outras culturas, principalmente a americana e europeia.

contra o avanço da Emenda argumentando que o cenário de escassez de recursos implicaria na precarização de diversos direitos sociais como saúde e educação, por exemplo, e de forma ainda mais intensa no desmantelamento das poucas políticas públicas existentes para minorias políticas. Através da internet, as greves de docentes e discentes, as ocupações de universidades e escolas¹² e as marchas de protesto alcançaram repercussão nacional e mundial. Foram registradas ocupações em 229 universidades públicas e privadas¹³ e em mais de mil escolas¹⁴ por todo país. Diversas incorporaram o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) como parte do processo de resistência e reivindicação. Páginas das universidades e escolas ocupadas se espalharam pelas mídias sociais *online*. Por meio delas os manifestantes informavam suas agendas de atividades, reforçavam seus posicionamentos e se articulavam com outras ocupações e com membros da sociedade em geral, entre inúmeras outras ações.

Os exemplos de embates político-midiáticos apresentados aqui indicam, preliminarmente, que os ativistas brasileiros têm expandido e complementado suas estratégias de ação através da internet. As listas de *e-mail*, os fóruns de discussão, os *blogs*, as petições *online*, os canais no *Youtube*, as páginas em redes sociais configuram-se como novos recursos de engajamento e politização que redesenham o conjunto de estratégias dos movimentos sociais contemporâneos.

Entendendo o exercício democrático intrinsecamente ligado à possibilidade, ou aos níveis, de participação popular, destacamos o potencial dos usos e apropriações da internet na articulação e mobilização dos coletivos sociais. Com a emergência e disseminação de um ambiente alternativo para difusão de informações, os movimentos minoritários ganham um novo aliado no rompimento com a homogeneização dos modelos de pensamentos. Os novos dispositivos ainda reconfiguram cenários de interação e organização de movimentos em defesa de causas comuns.

¹² Os estudantes secundaristas também se posicionavam contra, concomitantemente, à Medida Provisória nº 746 de 2016, conhecida como “MP da Reforma do Ensino Médio” e ao Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016, chamado de “Lei da Mordaza”, que inclui o Projeto Escola sem Partido.

¹³ Disponível em: <www.une.org.br>. Acesso em 20 mar. 2017.

¹⁴ Disponível em: <www.ubes.org.br/2016/primavera-secundarista>. Acesso em: 20 mar. 2017.

O que propomos é que as TICs, sobretudo a internet, assumem parte significativa na mobilização e participação política de movimentos sociais. Assim, este trabalho foi construído a partir do interesse de tensionar os atravessamentos dos usos da internet e a construção de espaços *online* que fortaleçam o exercício democrático. Para tanto, analisaremos de forma contextual a plataforma #MeRepresenta¹⁵, lançada nas eleições municipais de 2016. Desenvolvida em uma parceria entre coletivos e organizações¹⁶ que defendem a igualdade racial, de gênero, de orientação sexual e o direito à cidade, a plataforma #MeRepresenta buscou conectar o eleitorado brasileiro aos candidatos e candidatas com posições favoráveis a essas pautas durante o pleito de 2016.

2. Movimentos em rede e redes de movimentos

Os movimentos sociais que começaram a eclodir na Europa, a partir de 1960, tornaram inadequado o paradigma clássico marxista existente e, a consequente centralização das formulações dos sujeitos em relação ao Estado e à luta de classes. Autores como Alain Touraine, Alberto Melucci e Jurgen Habermas se dedicaram a desenvolver modelos interpretativos que valorizavam a cultura, a ideologia¹⁷, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado a partir dessas interações (GOHN, 1997, p. 121).

Conhecida como teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), essa abordagem desloca o foco das contradições entre as diferentes classes sociais, central na corrente marxista tradicional, para explicações mais conjunturais localizadas em âmbito político ou dos microprocessos de vivências identitárias. Trata-se de uma teoria ambígua, heterogênea e com correntes diversas, porém

¹⁵ www.merepresenta.org.br

¹⁶ São elas: a Rede Feminista de Juristas (#DeFEMde), a Rede Nossas Cidades (composta por Meu Rio, Minha Sampa, Minha Porto Alegre e Meu Recife), a organização não governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), o grupo LGBT Brasil e as campanhas #VoteLGBT e #AgoraéQueSãoElas.

¹⁷ Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, os autores deixaram de lado o conceito de ideologia intimamente associado ao de consciência de classe (GOHN, 1997, p. 121).

apresenta cinco características gerais em comum: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo enquanto campo teórico capaz de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea; a substituição do sujeito predeterminado pelas contradições do capitalismo por um novo sujeito em luta contra as distinções de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos; a centralidade da política, que passa a ser uma dimensão da vida social; e, por fim, a análise dos atores sociais a partir das ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo (GOHN, 1997, p. 121-123).

O foco de investigação dos novos movimentos sociais inclui, portanto, os significados culturais, a subjetividade e a autonomia dos atores, sem abandonar a visão materialista das condições que impulsionam esses movimentos, tal como a passagem para uma sociedade pós-industrial. Com a alteração no modo de produção, novos tipos de privações surgiram e os novos movimentos sociais são o resultado lógico dessa confluência de fatores.

Para Alain Touraine (2006), os conflitos surgem em torno da mudança histórica, da modernização. Tratando da globalização, que é uma forma extrema do capitalismo, o autor discute a insuficiência da categoria de classe social, não que as relações entre empregadores e assalariados tenham pacificado, mas porque “os conflitos deslocaram-se dos problemas internos da produção para as estratégias mundiais das empresas transnacionais e de redes financeiras” (TOURAINÉ, 2006, p. 34). Em reflexo, os “novos” atores não são mais compreendidos pela dimensão de homogeneidade econômica, dada pela classe, mas sim pela heterogeneidade socioeconômica (GOHN, 1997, p. 132).

Embora não seja nosso objetivo exaurir as discussões sobre as teorias mais proeminentes no campo das Ciências Sociais acerca dos movimentos populares, é salutar abordar a teoria dos Novos Movimentos Sociais buscando entender as manifestações que surgem situadas em uma esfera sociocultural e convergem lutas contra os valores dominantes dentro da sociedade civil¹⁸ e pela integração da diversidade.

¹⁸ Adotamos aqui uma concepção genérica e contemporânea de sociedade civil que, embora se configure como um campo composto por forças sociais heterogêneas e conflitos de poder, permeado

As demandas emergentes neste contexto histórico, que teve seu ápice no movimento de maio de 68¹⁹, na França, tinham por objetivo a libertação sexual, a autoexpressão, o questionamento de autoridades (CASTELLS, 2013, p. 240) e estavam atreladas aos direitos políticos e, posteriormente sociais e culturais, que assumem muitas vezes a forma de objetivos econômicos (TOURAINÉ, 2006, p. 181). A cultura, entendida como valores, ideologias e representações, passa a ter um papel central nas concepções de movimentos como o estudantil, o feminista, o antirracista, o ambientalista, o de libertação homossexual e o anticapitalista (GOHN, 2010; CASTELLS, 2013). Assim, os novos movimentos marcam a entrada da cultura no campo político.

Ilse Scherer-Warren (2011), em seus estudos sobre a América Latina, parte do pressuposto de que modificar a sociedade civil está além de agir a partir do aparelho do Estado e destaca o potencial dos Novos Movimentos Sociais de abrirem brechas na tradição histórica e na práxis política dos países latino-americanos. Segundo a autora, uma atuação direta na esfera civil representaria a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao Estado “e perante a forma tradicional do agir político por meio dos partidos” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 53). Este ponto de vista clarifica parte do ideal dos NMS, ou seja, um novo modelo de cultura política:

O relevante é que nestes movimentos defende-se também o direito de participar de decisões que afetam o destino de seus membros e o respeito por suas formas culturais. Portanto, o sentimento da exclusão relativa, ou a consciência da carência relativa, conduz às reivindicações, as quais são assumidas como um direito (SCHERER-WARREN, 2011, p. 54).

Importante ressaltar, entretanto, que não há uma uniformidade entre estes Novos Movimentos Sociais, sequer entre os de mesma reivindicação central. A produção de uma ideia unitária tal como “o movimento feminista”, por exemplo, trata-se de uma ficção discursiva, uma vez marcado por profundas divergências teóricas e conflitos internos. Ainda que haja consonância de elementos políticos, como a eliminação de desigualdades, e elementos socioculturais, como a defesa da

pelos disputas por hegemonia e por representações sociopolíticas antagônicas, também representa à esfera da defesa da cidadania e suas formas organizativas em torno de interesses públicos, distinguindo-se das instâncias do Estado e do mercado (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

¹⁹ Grande onda de protestos iniciada com manifestações estudantis a favor de reformas no setor educacional, acabando por evoluir para uma greve de trabalhadores que balançou o governo do então presidente da França, General Charles De Gaulle.

liberdade de vivências identitárias múltiplas, há uma distinção fundamental marcada pela conotação de classe e acesso aos direitos sociais.

No contexto brasileiro, Scherer-Warren (2011) apresenta um paralelo entre dois blocos de movimentos. De um lado estão os movimentos de base mais popular, como Movimento Sem-Terra e o Movimento de Mulher Agricultoras, e de outro aqueles mais típicos de classe média, como setores significativos do Movimento Feminista e do Movimento Ecológico. A aproximação entre os dois blocos perpassa, então, sobre a não negligência destes movimentos do segundo bloco quanto aos direitos mínimos de cidadania daqueles do primeiro, diz a autora.

Em texto mais recente, Scherer-Warren (2006) pressupõe que a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum define as situações sistêmicas antagônicas a serem combatidas e transformadas, formando uma rede de movimento social. Tal conceito de referência busca apreender o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Para a autora, em uma sociedade em rede, surge a necessidade dos movimentos sociais se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

O conceito de sociedade em rede é apresentado por Manuel Castells (2013a) como uma nova forma de sociedade introduzida a partir da revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo. De acordo com o autor, essa sociedade é caracterizada:

pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes (CASTELLS, 2013, p. 17).

Nesse sentido, o surgimento de uma sociedade em rede traz novas formas comunicacionais e possibilita novos processos discursivos de produção e construção de uma realidade para além daquela imposta pela normatividade atual. A

comunicação em rede se destaca por duas características principais: interatividade e agilização dos processos comunicativos, de forma a construir uma nova comunidade política, sem barreiras territoriais. Na perspectiva de Castells (2003), as tecnologias de informação garantem a interatividade, tanto entre os cidadãos quanto entre os distintos atores na sociedade, públicos ou privados. Em tal contexto, são relevantes não só os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos para o exercício da cidadania interativa.

Manuel Castells apresenta o conceito de movimentos sociais em rede como ações coletivas do século XXI “que visam a transformação de valores e instituições da sociedade e se manifestam na e pela internet” (2003, p. 114). Destaca ainda três características dos movimentos sociais na sociedade em rede: a mobilização em torno de valores culturais²⁰; a necessidade de preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas, herdadas da Era Industrial e, por fim, o potencial de obter o mesmo alcance global dos poderes vigentes, exercendo seu próprio impacto sobre a mídia através de ações simbólicas. (CASTELLS, 2003, p. 116-118).

Afastando a concepção meramente instrumental, o autor afirma que a internet se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que surge na Era da Informação, abrindo e desenvolvendo novas avenidas de troca social (2003, p. 115). Nas plataformas digitais, ativistas dispõem de um espaço alternativo de difusão de ideias, troca de opiniões e politização, potencializando suas estratégias de visibilidade, mobilização, articulação e ação.

3. Usos da internet e a demanda por visibilidade midiática

Conforme a tipologia clássica de Alain Touraine (1965), o movimento social é definido de acordo com três princípios: a identidade, o adversário e a visão ou modelo social do movimento. Ao adotar tal teoria, Manuel Castells (2013) faz a seguinte adaptação: a identidade refere-se à autodefinição do movimento, o

²⁰ Castells acredita que, apesar da luta para mudar os códigos de significado nas instituições e na prática da sociedade ser essencial no novo contexto histórico, seja em grande parte enganosa a distinção entre velhos e novos movimentos sociais.

adversário representa o principal inimigo do movimento e, por fim, a meta societal diz respeito à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja promover. O autor faz uso dessas categorias para observar três movimentos reconhecidos pelo uso das tecnologias de informação e comunicação em suas manifestações, sendo os três de identidades e metas sociais extremamente distintas – os zapatistas do México²¹, as milícias norte-americanas²² e a seita Verdade Suprema do Japão²³ –, porém com o adversário comum, a nova ordem global.

O interessante da análise comparativa, e também contextual, de Castells (2013) é, primeiro, a observação de que os movimentos sociais podem ser revolucionários, conservadores, ambas as coisas ou nenhuma delas. Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos são sintomas de nossas sociedades e causam impacto nas estruturas sociais. E, segundo, a imprescindibilidade das novas tecnologias de comunicação à existência desses movimentos, tanto na infraestrutura organizacional, quanto na visibilidade de suas reivindicações e no processo de negociação com órgãos estatais.

A reflexão que Castells propõe é que a internet não é um instrumento de liberdade, nem tampouco a arma de uma dominação unilateral. O poder acontece em torno da produção e difusão de nós culturais e conteúdos, e “o controle sobre redes de comunicação torna-se a alavanca pela qual interesses e valores são transformados em normas condutoras do comportamento humano”, destaca Castells (2003, p. 135). De maneira genérica, o poder é um fenômeno social, é a capacidade

²¹ Movimento de guerrilha iniciado em 1910, no estado de Chiapas, região sul do México, em defesa de uma gestão autônoma e democrática do território com participação direta da população e contrário ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA (do inglês *North American Free Trade Agreement*).

²² Grupos de cidadãos armados que começaram a se espalhar pelos Estados Unidos na década de 1990. Embora, na maioria das vezes, incorporem grupos tradicionalmente racistas, antissemitas e fundamentados no ódio, possuem uma base ideológica bem mais ampla, abarcando todo espectro ideológico representado pelos núcleos de desafetos contra o governo federal e a nova ordem mundial.

²³ Seita religiosa japonesa fundada por Shoko Asahara ganhou notoriedade internacional quando realizou um ataque com gás sarin, em 20 de março de 1995, no metrô de Tóquio, causando a morte de 12 pessoas e intoxicações a 6 mil. O principal objetivo da Verdade Suprema, segundo seu próprio discurso, era sobreviver ao apocalipse iminente, salvando o Japão e o mundo da guerra de extermínio que resultaria inevitavelmente da concorrência entre as corporações japonesas e o imperialismo norte-americano em busca do estabelecimento de uma nova ordem mundial (CASTELLS, 2013, p. 124)

de agir para alcançar os próprios objetivos, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. Para fins dessa pesquisa, utilizaremos a distinção, essencialmente analítica, de Thompson (2012) sobre quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercitivo e cultural ou simbólico.

Os três primeiros tipos podem ser sumarizados da derivação da atividade humana produtiva, da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação e do uso ou ameaça de força física para subjugar ou conquistar um opositor, respectivamente. Já o poder cultural ou simbólico trata da capacidade de influenciar as ações dos outros e gerar eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas²⁴. Para Thompson (2012) a atividade simbólica:

é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva. Os indivíduos são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. [...] As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva (THOMPSON, 2012, p. 42).

A relevância do poder simbólico para os movimentos sociais pode ser percebida no discurso²⁵ feito por Manuel Castells durante as manifestações²⁶ de 2011 da Espanha, popularmente conhecidas como “Movimiento 15-M” ou “Indignados”. Na fala intitulada “Comunicação, poder e democracia”, Castells faz uma reflexão sobre as relações de poder serem essenciais em todas as sociedades afirmando que quem tem poder constrói as instituições em função de seus interesses e valores. Para Castells (2011, *online*), a batalha do poder está na forma

²⁴ Thompson (2012) esclarece, nesse momento, que faz uso da expressão “poder simbólico” a partir dos estudos de Pierre Bourdieu. Contudo, o uso que faz da expressão se diferencia em vários aspectos da maneira usada por ele, uma vez que não deseja inferir, como faz Bourdieu, que o exercício do poder simbólico pressupõe necessariamente uma forma de “desconhecimento” da parte daqueles que são submetidos a ele.

²⁵ Disponível em <www.youtube.com/watch?v=2nWa32CTfxs>. Acesso em: 19 abr. 2017.

²⁶ Série de protestos espontâneos inicialmente organizados pelas redes sociais através da plataforma digital *¡Democracia Real Ya! al Já!*. Os manifestantes reivindicam mudança na política e na sociedade espanhola por considerarem que os partidos políticos não os representam. No decorrer dos protestos, surgiu uma série de reivindicações políticas, econômicas e sociais heterogêneas, reflexo do desejo de seus participantes de mudanças profundas no modelo democrático e econômico vigente

que pensamos e por tanto o que aparece como “normal” ou “natural” são, na verdade, simplesmente os resultados dos compromissos de luta e negociação que se dão entre distintos interesses e valores na sociedade. E afirma:

É por isso que o controle da informação e da comunicação foi sempre a forma fundamental de exercício do poder. O controle dos governos, das grandes empresas midiáticas – esta é a forma essencial. E por isso a política transformou-se, hoje, em algo midiático. O que não existe nos meios, não chega aos cidadãos – e, portanto, não existe. Aliás, o mais importante da política mediática não é tanto o que dizem os meios, mas o que eles ocultam: a ausência de mensagens, opiniões e alternativas (CASTELLS, 2011, *online*).

Castells (2011, *online*) destaca que estamos experienciando a passagem de um sistema dominado pela comunicação de massas para um sistema que intitula de autocomunicação de massas, definido como a autonomia na emissão de mensagens, na seleção da recepção de mensagens, na organização de redes sociais próprias nas quais os conteúdos, as formas e os participantes são definidos de forma autônoma. Tal autonomia comunicativa tem desempenhado importante papel na atuação dos movimentos sociais. De acordo com o autor as iniciativas de rede organizam uma interação entre o espaço urbano e o da rede virtual. Através da internet, é possível aos movimentos organizarem, mobilizarem e modificarem as relações de poder na sociedade, e ainda, as mentalidades das pessoas.

Nesse sentido, a visibilidade pública e midiática se apresenta enquanto premissa fundamental nas estratégias dos movimentos sociais. Conforme Alexandre Barbalho (2004) nos apresenta, “as minorias tornam mais complexo o cenário social ao reivindicarem não só questões salariais, seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas singularidades, de sua identidade/diferença” (2004, p. 2). Ocupar a esfera midiática significa, para os movimentos minoritários, uma luta política. Sobre como os movimentos sociais podem transitar no campo midiático, o autor apresenta três possibilidades:

Em um, mais tradicional, os movimentos fazem um uso instrumental dos meios de comunicação. Em outra, eles são em si mesmo midiáticos, no sentido de recorrerem à gramática hegemônica dos meios marcada pela espetacularização. A terceira se dá com uma atuação no interior das mídias, mas recorrendo a novas linguagens, conquistando não só um espaço discursivo próprio para as minorias, como também subvertendo a gramática estabelecida dos meios; contestando os conteúdos e as formas dominantes. (BARBALHO, 2004, p. 5).

Nas duas primeiras compreendemos os movimentos minoritários em constante negociação com a mídia hegemônica na busca por, principalmente, reconhecimento, visibilidade e representação. Ressaltamos que na literatura sobre movimentos sociais no Brasil é notável a divergência de posicionamentos quanto à eficácia da visibilidade midiática e, destacadamente, sobre o modelo de “imagem positiva”. No caso do movimento LGBT, por exemplo, podemos citar o trabalho de Barroso (2010) em que a relação entre o movimento e a mídia é abordada através da visão de militantes, acadêmicos e jornalistas. Segundo o autor, as opiniões sobre representação e visibilidade gravitam entre o otimismo e o pessimismo, mas conclui que há prevalência de uma avaliação negativa, destacando as problemáticas de monofonia (em relação às reportagens); forte presença de um modelo heteronormativo (no caso de telenovelas) e visões estereotipadas e normalizadas, no geral.

Já o terceiro posicionamento possível das minorias na mídia apontado por Barbalho (2004), diz respeito à criação de novas estratégias de ação comunicacional, buscando provocar rupturas no modo de operação político-midiático-cultural vigente. Ao encontro de nossa reflexão, Cardoso (2007) define a comunicação na sociedade em rede não como um modelo que substituiria os anteriores, mas como uma articulação destas permitindo novas formas de comunicação, tanto interpessoais quanto de massa.

Pertinente lembrar, entretanto, de acordo com Brignol (2010) que a internet constitui-se sempre através de seus usos, que certamente não são livres, pois partem de uma relação oferecida a partir das próprias características da tecnologia, mesmo que muitas vezes as subvertam. Segundo a autora, para refletir sobre o potencial democrático da internet precisamos partir da compreensão de que as tecnologias não são neutras (BRIGNOL, 2010, p. 87). Além do mais, não podemos desconsiderar a desigualdade de sua difusão e a consequente divisão digital. A concentração de servidores e provedores de conteúdo, principalmente na América do Norte e Europa e as assimetrias na educação para domínio da tecnologia são alguns dos marcadores dessa divisão que, não casualmente, esta relacionada ao desenvolvimento econômico dos países. As dissensões no acesso são acentuadas

em países periféricos ou de economia em desenvolvimento, como o Brasil. Lembramos, ainda, que os usos da internet também podem ocorrer de forma conservadora, atuando na manutenção do *status quo* e preservação de desigualdades.

Entende-se, desse modo, que, com suas limitações, a internet configura-se como uma esfera social ampla e diversificada com poder de alcance menos propenso a intervenção de mediadores. Em comparação às mídias tradicionais, esse novo ambiente comunicacional oferece um potencial de interação inédito, desde sobre questões subjetivas até demandas sociais. Podemos concluir, ainda que preliminarmente, que o crescimento exponencial do uso da internet por ativistas de movimentos sociais têm possibilitado a articulação em rede potencializando sua visibilidade e, em consequência, o impacto na esfera pública e a pressão política em torno de suas demandas. Além disso, as plataformas digitais favorecem o surgimento de canais alternativos que fomentem a participação dos cidadãos nos processos democráticos e a pluralização de discursos, como por exemplo, a plataforma “#MeRepresenta”, que discutiremos a seguir.

4. Participação política e a plataforma #MeRepresenta

Discutimos até agora a teoria dos chamados Novos Movimentos Sociais e o processo de reconfiguração das relações de poder nas sociedades em rede, em que as disputas por visibilidade midiática passaram a ser fundamentais para alcançar o reconhecimento público destes movimentos e as consequentes mudanças políticas e sociais demandadas. As características que elencamos nos permitem crer que o impacto das tecnologias digitais sobre os movimentos sociais intensificam a formação de redes e possibilitam o surgimento de processos comunicacionais alternativos, com relativa autonomia em relação a governos, empresas e grandes corporações de mídia, em busca da revitalização da democracia.

As novas tecnologias de comunicação e informação implicam consequências diretas no debate político e nas estratégias de busca de poder gerando uma profunda transformação da política e dos processos democráticos na sociedade em

rede que leva ao que Castells (2013, p. 366) chama de política informacional. O ponto principal dessa questão proposta pelo autor é que todas as formas de comunicação se tornaram espaço privilegiado da política. A fim de evitar suposições simplistas e errôneas sobre tal afirmação, Castells (2013) refuta o argumento de que a mídia impõe suas opções políticas à opinião pública, isso porque as mídias são extremamente diversas, com relações diversas com a política e a ideologia e também contesta a ideia em que se considera a opinião pública como receptora passiva de mensagens, facilmente suscetível a manipulações por entender que há um processo de interação de mão dupla entre mídia e audiência no tocante ao impacto real das informações (CASTELLS, 2013, p 367).

Com isso, Castells (2013) afirma que tudo o que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. Deste modo, para o autor, a política está inserida, “em termos de substância, organização, processo e liderança, na lógica inerente do sistema dos veículos de comunicação, especialmente na nova mídia eletrônica” (CASTELLS, 2013, p 374). Ou seja, os meios de comunicação não determinam resultados políticos por si próprios, porém sem a presença ativa da mídia, as propostas políticas ou os candidatos não têm qualquer chance de obter uma ampla base de apoio.

No Brasil, o despertar acadêmico sobre participação política e internet acontece na segunda metade dos anos 1990 e continua ganhando força. Parte considerável dos estudos concentra sua atenção sobre a entendida crise de participação democrática. Para Wilson Gomes (2005), não se trata, a rigor, de uma crise da democracia, mas sim uma constatada distância do padrão de democracia ideal. O autor elenca alguns sintomas dessa insatisfação:

apatia dos eleitores, a ausência de efetividade da cidadania no que tange aos negócios públicos, o desinteresse público na vida política, uma informação política distorcida ou excessivamente dependente dos meios de massa, o baixo capital político da esfera civil, a desconexão entre sociedade política e esfera civil, a ausência do mais elementar sentido de soberania popular e a desconfiança generalizada com respeito à sociedade política (GOMES, 2005, p. 59).

Para grande parte da literatura que trata desta relação, a política contemporânea parece incapaz de satisfazer os requisitos da democracia. E é neste contexto que a internet apareceu, ainda nos anos 1990, permeada de grande

entusiasmo sobre suas potencialidades e impactos na esfera política. Contudo, estudiosos críticos logo demonstraram que a comunicação digital podia fortalecer as práticas de participação cívica e da mesma maneira sustentar regimes ditatoriais. Para Rousiley Maia (2011) o equilíbrio está no reconhecimento de que a internet não promove automaticamente a participação política e nem sustenta a democracia, é preciso, antes, perceber as motivações dos sujeitos quanto ao uso que fazem.

Inserimos, assim, na discussão o conceito de democracia digital, entendida por Gomes (2011) como qualquer forma de emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício da democracia. Na visão do autor, iniciativas digitais democraticamente relevantes seriam aquelas voltadas para pelo menos um destes três propósitos: o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania; a consolidação de uma sociedade de direitos e a promoção do pluralismo e aumento da capacidade concorrencial das minorias políticas (GOMES, 2011, p. 29-30).

Assim, justificamos a escolha da plataforma #MeRepresenta enquanto objeto de análise contextual para este trabalho, nos termos de Gomes (2011), por se tratar de um projeto que visa promover o aumento da diversidade de agentes e de agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política e também por fornecer meios e oportunidades para que as minorias políticas se representem e sejam representadas. A iniciativa tem ainda a intenção de contribuir na recuperação da participação política em déficit que afeta a democracia brasileira, bem como visibilizar candidatos e candidatas favoráveis às demandas de defesa dos direitos humanos que, por vezes, não têm espaço midiático equivalente aos demais.

O #MeRepresenta é resultado de uma parceria entre as campanhas #VoteLGBT e #AgoraéQueSãoElas; das redes Feminista de Juristas (#DeFEMde) e a Nossas Cidades; da organização não governamental CFEMEA e do grupo LGBT Brasil. Com objetivo de divulgar aos eleitores as posições de candidatos a vereador e vereadora sobre pautas relevantes à construção das igualdades de gênero, racial e de orientação sexual, a iniciativa teve início nas eleições municipais de 2016.

Através de um questionário composto por quatorze perguntas o candidato ou candidata era graduado em nota correspondente ao número de pautas a que declarou apoio na plataforma, podendo variar de 0 a 14. As perguntas questionavam se os candidatos se apresentavam favoráveis ou contrários a pautas pertinentes aos movimentos negro, LGBT e feminista, entre elas destacamos: cota de 50% para mulheres no Legislativo; cotas raciais e ações afirmativas para a população negra; criminalização da lesbofobia, homofobia, transfobia e bifobia; abertura de maiores espaços de participação direta da população na definição do orçamento municipal e desmilitarização da polícia.

Além disso, os partidos políticos foram avaliados conforme sua atuação na Assembleia Legislativa nas votações de projetos relevantes aos movimentos de defesa de direitos humanos gerando uma nota para as coligações partidárias. Uma vez registradas as candidaturas, restava ao eleitor avaliar e escolher a candidatura que melhor o representasse. Em seu primeiro ano de atividade, a plataforma recebeu a participação de 889 candidatos, de todos os 35 partidos registrados no país, em 244 municípios de 24 estados, alcançando mais de 150 mil eleitores e eleitoras, conforme a tabela:

TABELA 1
Cadastros na plataforma

Candidatos	Usuários	Visitas	Partidos	Municípios	Estados
889	150 mil	+ de 1 milhão	35	244	24

Fonte: Relatório estatístico #MeRepresenta 2016

Em relação aos partidos com maior adesão à plataforma, destacamos a forte presença do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que registrou 211 candidatos e candidatas. O Partido dos Trabalhadores (PT) teve 167 participantes e REDE e Partido Comunista do Brasil tiveram ambos 51 inscritos. Ainda que não seja nossa intenção aprofundar a discussão sobre o contexto político-partidário atual, parece-nos interessante perceber o alinhamento dos partidos nacionais sobre questões relacionais aos Direitos Humanos. Salientamos que estes dados não expressam a relação proporcional entre o número de candidaturas em nível nacional de cada

partido e número de candidatos que aderiram à plataforma. Como podemos observar:

TABELA 2
Candidatos cadastrados por partido

Partido	Candidatos
PSOL	211
PT	167
REDE	51
PC do B	51
PV	39
PSDB	32
PPS	31
PSB	24
PTB	22
PDT	22
NOVO	20
PSD	19
PMDB	18
SD	17
DEM	15
PSL	13
PEN	13
PMN	11
PTN	10
PRP	10
PP	10
PTC	9
PSDC	9
PHS	9
PRB	8
PPL	8
PROS	7
PSC	6
PR	6
PT do B	5
PRTB	5
PMB	5
PSTU	4
PCB	4
PCO	1

Fonte: Relatório estatístico #MeRepresenta 2016

Dos 889 candidatos cadastrados no #MeRepresenta, parte majoritária demonstrou concordância com a maior parte das questões apresentadas, sendo que 45% do total respondeu afirmativamente a todas elas. Ao todo, 57 partícipes foram eleitos vereadores e vereadoras, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dos candidatos listados, apenas 8% responderam menos de nove perguntas positivamente, 16% responderam menos de onze perguntas positivamente e 54% dos novos representantes dos legislativos municipais responderam todas as perguntas em favor das pautas pertinentes aos movimentos negro, LGBT e feminista.

O relatório estatístico nos cedido pela organização do #MeRepresenta indica a proporção de candidatos de cada partido apenas nas cidades que contaram com a participação de voluntários no processo de colhimento de informações sobre os representantes, sendo elas: São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. O mesmo acontece nos dados referentes às respostas positivas por candidato e por partido. Assim, não é possível realizar uma análise comparativa e proporcional em âmbito nacional.

Retomamos não ser de nossa pretensão estabelecer relações causais diretas sobre os usos da plataforma e a participação política de indivíduos ligados às pautas dos movimentos sociais. Da mesma maneira, Evorah Cardoso, uma das idealizadoras do projeto nos diz:

Eu acho que é bem difícil medir qual foi o impacto das mobilizações nos resultados das eleições, mas eu acho que teve um impacto nas esferas públicas. [...] Se isso pode ser traduzido em termos de candidatos eleitos eu acho que é um pouco cedo para avaliar, talvez o impacto disso não venha agora, mas para as eleições futuras, ou seja, plantaram sementes para que nós consigamos seguir desenvolvendo esses projetos e fortalecendo-os. Se nós pensarmos na trajetória do #VoteLGBT, que nas eleições passadas fez uma pesquisa própria entre os próprios voluntários, tentando identificar candidaturas LGBTs em todo o Brasil, houve um salto muito grande para que nessas eleições houvesse uma plataforma que não pautasse apenas a questão LGBT mas também a das mulheres, e também o direito à cidade, envolvendo vários outros coletivos e organizações e em várias cidades, com voluntários em várias cidades. Então houve um avanço. Eu acho que ao longo do tempo esses coletivos que se dedicaram a essas eleições só terão um acúmulo de *knowhow* em relação às próximas eleições (entrevista com Evorah Cardoso).

O interessante da plataforma #MeRepresenta volta-se, especificamente, para a combinação de dois níveis de participação. De um lado, temos o nível coletivo, em que grupos e organizações congregam forças em uma associação baseada na auto-organização para promover uma luta comum. De outro, está o nível individual, onde os sujeitos em diferentes posições e circunstâncias encontram nos usos da internet a possibilidade de exercer direitos democráticos e engajamento político.

É inegável que o ciberespaço mudou profundamente as relações entre movimentos sociais e participação política. As plataformas digitais expandiram e complementaram as estratégias das minorias políticas com formas inéditas de ação. No caso específico de ativismo político, vislumbram-se novas oportunidades para a produção direta de material informativo e para a difusão de ideias e táticas de protesto em escala transnacional (MAIA, 2011, p. 73).

Para Castells (2011, *online*), a reconstrução da democracia perpassa a comunicação: “a democratização da comunicação é o princípio da democratização das instituições da sociedade”, afirma. E vai além, reforça também que o acesso à internet precisa ser universal, livre e subsidiado. Na sociedade em rede, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de interação política, social e econômica. Na internet, os ativistas dos novos movimentos sociais têm acesso a um ambiente informativo denso, plural, diversificado e rico em interações, que oferece oportunidades inéditas de participação política de forma rápida, menos dispendiosa e sem obstáculos burocráticos, ultrapassando a perspectiva unidirecional da mídia massiva, os monopólios e as práticas de controle da informação.

5. Conclusão

Historicamente, a mídia²⁷ se configura como importante instituição de produção e difusão de formas simbólicas nas sociedades em rede. Os meios de comunicação, desde as mais remotas formas de impressão até os recursos tecnológicos atuais, atuam na construção de juízos de valor e intercâmbio simbólico,

²⁷ Em virtude da série de complexidades teóricas deste conceito no campo da comunicação, parece-nos importante delinear a utilização de “mídia” aqui enquanto referência ao conjunto de veículos de comunicação impressos, radiofônicos, televisuais e em ambiente digital.

seja como canais de informação ou de expressão. As novas tecnologias de informação e comunicação também inauguraram novas formas de interação e novas possibilidades de visibilidade impactando diretamente os movimentos sociais, sobretudo os que lutam por reconhecimento identitário.

Entendemos o exercício democrático intrinsecamente ligado à possibilidade de participação popular na esfera pública, assim, destacamos o potencial dos usos e apropriações da internet na articulação e mobilização dos coletivos sociais. Além disso, a ampliação dos usos das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo a internet, permite que ativistas dos novos movimentos sociais assumam o protagonismo, tanto nas possibilidades de participação política, social e econômica, quanto em suas sociabilidades.

Sem perder de vista, entretanto, a compreensão da internet enquanto constituída através de seus usos, uma vez que as tecnologias não são livre e certamente não são neutras. Além do mais, para falar de movimentos sociais em rede é essencial considerar que grupos políticos como os de mulheres, negros e LGBTs são fortemente marcados por assimetrias socioeconômicas o que gera grande desproporção nas condições de acesso às novas tecnologias, inclusive nos limites de exclusão digital, a fim de evitar perspectivas deterministas e ufanistas em relação aos usos da internet.

Ao longo deste trabalho, observamos o uso criativo das tecnologias de informação e comunicação em relação à potencialização de experiências democráticas em pelo menos três sentidos: a efervescência de embates político-midiáticos na busca por reconhecimento e visibilidade das demandas dos movimentos sociais; a formação de redes em torno de pautas comuns impulsionando o impacto na esfera pública e, em consequência, a pressão política; e, ainda, a busca por mobilização e politização em defesa de uma democracia representativa que contemple os direitos sociais destes grupos subjulgados.

Para fomentar tais questões norteadoras, centramos nossa atenção sobre a plataforma #MeRepresenta, inaugurada durante as eleições municipais de 2016. A iniciativa é resultado de uma parceria entre redes, organizações não governamentais e coletivos sociais e não somente permitiu que eleitores encontrassem candidatos

com posições afins, como também provocou o debate sobre os temas de direitos humanos, colaborando para que os partícipes fossem transparentes sobre questões relativas a gênero, raça, sexualidade e classe social.

Ao fazer dialogar os dados do #MeRepresenta e os conceitos centrais de movimentos sociais em rede, participação política e democracia digital, esperamos contribuir não só academicamente, mas também para a autorreflexão dos ativistas quanto a este tema em suas práticas cotidianas.

Referências

BARBALHO, Alexandre. **Minorias, biopolítica e mídia**. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004, Porto Alegre.

BARROSO, Fernando. Os Homossexuais na Mídia Segundo Militantes, Acadêmicos e Jornalistas. In: COSTA, Horácio *et al.* (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p.549-559.

BRIGNOL, Liliane Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania da diáspora latino-americana**. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos), 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____, Manuel. O poder da identidade. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2013.

CARDOSO, Gustavo. **A Mídia na Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

_____, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**. n. 27, 2005. p. 58-78.

_____, Wilson. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley; MARQUES, Francisco (orgs). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley; MARQUES, Francisco (orgs). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

_____, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

_____, John. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.